67

Aviso n.º 12/95:

Torna público ter, nos termos do artigo 67.º da Convenção Relativa à Competência Judiciária e à Execução de Decisões em Matéria Civil e Comercial o Departamento Federal dos Negócios Estrangeiros do Conselho Federal Suíço notificado ter o Reino de Espanha depositado, em 30 de Agosto de 1994, o instrumento da ratificação da mencionada Convenção.

Nota. — Foi publicado um 2.º suplemento ao Diário da República, n.º 227, de 30 de Setembro de 1994, inserindo o seguinte:

Presidência do Conselho de Ministros Declaração de rectificação n.º 144/94:

De ter sido rectificado o Decreto-Lei n,º 216/94, do Ministério da Justica, que altera o Código do Registo Comercial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 403/86, de 3 de Dezembro, publicado no Diário da República, n.º 192, de 20 de Agosto de 1994 6034-(6)

Nota. — Foi publicado um suplemento ao Diário da República, n.º 240, de 17 de Outubro de 1994, inserindo o seguinte:

Presidência do Conselho de Ministros

Decreto-Lei n.º 251/94:

Altera o Decreto-Lei n.º 391/86, de 22 de Novembro (institui a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses) 6292-(2)

Nota. — Foi publicado um suplemento ao Diário da República, n.º 247, de 25 de Outubro de 1994, inserindo o seguinte:

Ministério das Finanças

Decreto-Lei n.º 270/94:

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto n.º 1/95

de 6 de Janeiro

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 200.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É aprovado o Protocolo n.º 1 do Acordo de Cooperação Técnico-Militar entre a República Portuguesa e a República de Moçambique, assinado em Maputo em 22 de Outubro de 1993, cuja versão autêntica segue em anexo ao presente decreto.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Outubro de 1994. — Aníbal António Cavaco Silva — Joaquim Fernando Nogueira — José Manuel Durão Barroso.

Assinado em 1 de Dezembro de 1994. Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 5 de Dezembro de 1994. O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

PROTOCOLO ADICIONAL N.º 1 DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE.

A República Portuguesa e a República de Moçambique, adiante designadas Partes, considerando os propósitos expressos no Acordo de Cooperação Técnico-Militar, assinado em Maputo em 7 de Dezembro de 1988, e animadas pela vontade de desenvolver e facilitar as relações de cooperação técnico-militar, decidem, numa base de reciprocidade de interesses, assinar o seguinte Protocolo:

Artigo 1.º

A República de Moçambique cederá à República Portuguesa por tempo determinado, para alojamento das missões técnico-militares portuguesas, um imóvel situado na Rua Kwame N'krumah, 623, na cidade de Maputo, e, bem assim, o terreno circundante, constante da planta em anexo ao presente Protocolo, correspondentes aos talhões 205B e 207B da planta da cidade, num total de 836,62 m² de superfície.

Artigo 2.º

A República Portuguesa assumirá os encargos com as obras de beneficiação/adaptação e com o equipamento do referido imóvel, ficando responsável pela sua conservação e respectiva gestão e ainda pelo arranjo, vedação e manutenção do mencionado terreno.

Artigo 3.º

A República de Moçambique garantirá o apoio às obras de beneficiação no que diz respeito à obtenção das aprovações e ou licenças de importação e desalfandegamento dos materiais e equipamentos necessários à execução dos trabalhos, outro tipo de licenças ou autorizações de ordem administrativa com vista a que as empreitadas se desenvolvam no ritmo desejado, isentando-os de todas as imposições ou taxas aduaneiras e outro tipo de impostos.

Artigo 4.º

Serão da responsabilidade da República Portuguesa os encargos com a manutenção do imóvel, ficando a República de Moçambique com os encargos de pagamento da respectiva renda à Administração do Parque Imobiliário do Estado ou seu sucedâneo.

Artigo 5.º

O referido imóvel, denominado Residência para a Cooperação Militar Portuguesa, servirá para alojamento dos elementos militares e ou civis que se desloquem à República de Moçambique em missão de cooperação técnico-militar.

Artigo 6.º

As partes concordam em que o período de utilização e cedência vigore pelo período de 20 anos, findos os quais o presente Protocolo poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo denúncia de uma das Partes, por escrito, com antecedência de, pelo menos, 90 dias antes da sua expiração.

Artigo 7.º

As Partes signatárias obrigam-se a resolver qualquer diferendo relacionado com a interpretação ou aplicação deste Protocolo com espírito de amizade e compreensão mútua numa base de plena independência, respeito pela soberania, não ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de interesses.

Artigo 8.°

O presente Protocolo entrará em vigor na data da última notificação do cumprimento das formalidades exigidas pela ordem jurídica de cada uma das Partes.

Feito em Maputo em 22 de Outubro de 1993, em dois exemplares originais, fazendo ambos os textos igualmente fé.

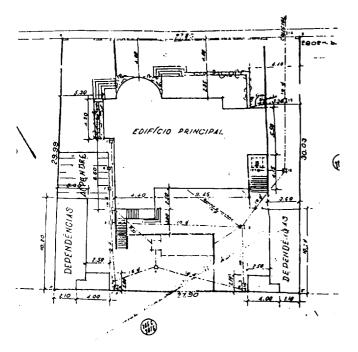
Pela República Portuguesa:

Manuel Lopes da Costa, embaixador de Portugal em Maputo.

Pela República de Moçambique:

Fernando Raul Guezimane, coronel, em representação de S. Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional de Moçambique.

Planta topográfica plana



Talhões — 205B e 207B. Superfície — 836,62 m². Escala — 1:200.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais

Aviso n.º 1/95

Por ordem superior se torna público que a Colômbia, com reservas, e a Serra Leoa, com declarações, ratificaram em 6 e em 10 de Junho, respectivamente, a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, de 1988.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 29 de Novembro de 1994. — A Directora de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Ana Maria da Silva Marques Martinho*.

Aviso n.º 2/95

Por ordem superior se torna público que a França e a República Islâmica do Irão aceitaram as emendas aos artigos 6 e 7 da Convenção Relativa às Zonas Húmidas de Importância Internacional, particularmente como Habitat de Aves Aquáticas, em 1 de Julho e em 20 de Julho de 1994, respectivamente.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 29 de Novembro de 1994. — A Directora de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, Ana Maria da Silva Marques Martinho.

Aviso n.º 3/95

Por ordem superior se torna público que o Sudão aderiu em 5 de Julho de 1994 ao Protocolo de 1972 que alterou a Convenção Única sobre Estupefacientes, de 1961.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 30 de Novembro de 1994. — A Directora de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, Ana Maria da Silva Marques Martinho.

Aviso n.º 4/95

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, a República da Uganda depositou, em 9 de Novembro de 1994, o instrumento de adesão ao Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes, feito em Washington a 19 de Junho de 1970.

O Tratado entrará em vigor para a República da Uganda a 9 de Fevereiro de 1995.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 7 de Dezembro de 1994. — O Director de Serviços das Organizações Económicas Internacionais, *João Luís Niza Pinheiro*.

Aviso n.º 5/95

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, o Governo da Turquia depositou, em 28 de Outubro de 1994, uma declaração devidamente especificada relativamente aos artigos 1 a 12 da Convenção de Paris para a Protecção da Propriedade Industrial, de 20 de Março de 1883, revista em Estocolmo a 14